

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01 Período de tributação	
1 De	2018/04/01 a 2018/12/31
Período	2 2018
02 Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças	1 0485
03 Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação N.º de Identificação Fiscal (NIF)	
1	2
3 Tipo de sujeito passivo	
1 <input checked="" type="checkbox"/>	Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2 <input type="checkbox"/>	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3 <input type="checkbox"/>	Não residente com estabelecimento estável
4 <input type="checkbox"/>	Não residente sem estabelecimento estável
3-A Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3 <input type="checkbox"/>	Micro empresa
4 <input checked="" type="checkbox"/>	Pequena empresa
1 <input type="checkbox"/>	Média empresa
2 <input type="checkbox"/>	Não PME
3-B Organismos de investimento coletivo	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1 <input type="checkbox"/>	
3-C Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim 1 <input type="checkbox"/>	
4 Regimes de tributação dos rendimentos	
1 <input checked="" type="checkbox"/>	Geral
3 <input type="checkbox"/>	Isenção definitiva
4 <input type="checkbox"/>	Isenção temporária
5 <input type="checkbox"/>	Redução de taxa
6 <input type="checkbox"/>	Simplificado
7 <input type="checkbox"/>	Transparência fiscal
8 <input type="checkbox"/>	Grupos de sociedades

NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)

9

10 ☐ Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)11 ☐ Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7?12 ☐ Artigo 36.º-A do EBF4-A ☐ Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português,

cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino

1 ☐ Países da UE/EEE2 ☐ Outros

04 Características da declaração

1 Tipo de declaração

1 ☒ 1.ª Declaração do período2 ☐ Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)3 ☐ Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)4 ☐ Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)5 ☐ Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal6 ☐ Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2 Declarações especiais

1 ☐ Declaração do Grupo2 ☐ Declaração do período de liquidação3 ☐ Declaração do período de cessação

Data da cessação

6

Declaração com período especial de tributação

4

☐ Antes da alteração

5

☐ Após a alteração7 ☐ Declaração do período do início de atividade

Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)

8

9 ☐ Antes da dissolução10 ☐ Após a dissolução

Data da dissolução

11

3 Anexos que devem acompanhar a declaração

Anexo A (derrama)

1

Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)

2

Anexo C (Regiões Autónomas)

3

Anexo D (benefícios fiscais)

4

Anexo E (regime simplificado)

5

Anexo F (OIC)

6

05 Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado	
NIF do representante legal	1 553818945
NIF do contabilista certificado	2 102202555

07 (Período 2009 e anteriores)	Apuramento do lucro tributável	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	201	€ <input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)	202	€ <input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)	203	€ <input type="text"/>
SOMA (campos 201 + 202 - 203)	204	€ <input type="text" value="0,00"/>
A ACRESCER		
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	205	€ <input type="text"/>
Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)	206	€ <input type="text"/>
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)	207	€ <input type="text"/>
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	208	€ <input type="text"/>
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	209	€ <input type="text"/>
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	210	€ <input type="text"/>
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]	211	€ <input type="text"/>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]	212	€ <input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]	213	€ <input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]	277	€ <input type="text"/>
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	214	€ <input type="text"/>
Menos-valias contabilísticas	215	€ <input type="text"/>
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)	217	€ <input type="text"/>
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	218	€ <input type="text"/>
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]	220	€ <input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	222	€ <input type="text"/>
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]	223	€ <input type="text"/>
Correções relativas a exercícios anteriores	224	€ <input type="text"/>
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)	251	€ <input type="text"/>
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)	252	€ <input type="text"/>
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	253	€ <input type="text"/>
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)	254	€ <input type="text"/>
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]	255	€ <input type="text"/>
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]	256	€ <input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a)]	257	€ <input type="text"/>
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, n.º 1, alínea b)]	258	€ <input type="text"/>
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 5, 6 e 7)	259	€ <input type="text"/>
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€ <input type="text"/>

Impostos diferidos	271	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	
	225	€	
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	
Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º 9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

**07 (Período
2010 e
posteriores)**

Apuramento do lucro tributável

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	-468.528,82
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	8.289,24
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	11.500,00
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	-471.739,58
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	

Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)	715	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	12.445,00
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º1, al. b)]	716	€	500,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º1, al. d)]	783	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	230,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	182,35
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	1.727,29
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	26.697,06
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	3.554,55
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	40,00
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	

Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	-426.363,33
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	200.000,00
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	2.000,00
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	4.008,79
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	5.606,38
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do			

resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€	
Benefícios Fiscais	774	€	50,00
Outras deduções	775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776	€	211.665,17
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	€	638.028,50
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778	€	

08	Regimes de taxa		
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09	Apuramento da matéria coletável				
(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)	
1. PREJUÍZO FISCAL	301 € 638.028,50	312 €	323 €		
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 €	313 €	324 €	400 €	
Regime especial dos grupos de sociedades					
Soma algébrica dos resultados fiscais	380 €				
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)	381 €				
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	395 €				
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	376 €				
Resultado fiscal do grupo	382 €				
396	Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:				
	Prejuízos	NIF			

398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)

Prejuízos NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €		314 €		325 €		401 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €		386 €		389 €		392 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €		387 €		390 €		393 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €		388 €		391 €		394 €	

3. DEDUÇÕES

Prejuízos fiscais deduzidos	309 €		320 €		331 €		407 €	
-----------------------------	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--

Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante

Regime Geral

309.1 - Período 309.2 - Montante

Com redução de taxa

320.1 - Período 320.2 - Montante

Com isenção

331.1 - Período 331.2 - Montante

Benefícios fiscais	310 €		321 €		332 €		408 €	
--------------------	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--

4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)

	311 €		322 €		333 €		409 €	0,00
--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	------

ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)

336 €	
-------	--

COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)

399 €	
-------	--

Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)	397 €	0,00
---	-------	------

397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]

Valor utilizado no período NIF

397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

Valor utilizado no período NIF

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E	346 €	0,00
--	-------	------

10 Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

347-A €	
---------	--

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

347-B €	
---------	--

Imposto a outras taxas	348	%	349 €	
------------------------	-----	---	-------	--

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350 €	
--	-------	--

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370 €	
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)		351 € 0,00
Derrama estadual (art.º 87.º - A)	373 €	
COLETA TOTAL (351 + 373)		378 € 0,00
Deduções:		
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353 €	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)	375 €	
Benefícios fiscais	355 €	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	470 €	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356 €	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378		357 € 0,00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0		358 € 0,00
Resultado da liquidação (art.º 92.º)		371 €
Retenções na fonte	359 €	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360 €	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	374 €	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0		361 € 0,00
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0		362 € 0,00
IRC de períodos anteriores	363 €	
Reposição de benefícios fiscais	372 €	
Derrama municipal	364 €	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379 €	
Tributações autónomas	365 €	3.357,21
Juros compensatórios	366 €	
Juros de mora	369 €	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0		367 € 3.357,21
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0		368 € 0,00
10-A Juros compensatórios		
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:		
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A €	
Juros compensatórios declarados por outros motivos	366-B €	
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)		
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)		
1 <input type="checkbox"/>	imediato [al. a)]	
2 <input type="checkbox"/>	diferido [al. b)]	
3 <input type="checkbox"/>	fracionado [al. c)]	
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A €	377-B €
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)		377 €
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0		

	430 €	<input type="text"/>
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0	431 €	<input type="text"/>

11	Outras informações	
Total de rendimentos do período	410 €	<input type="text"/>
Volume de negócios do período	411 €	<input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416 €	<input type="text"/>
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)	418	<input type="text"/>
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim?	423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim?	429 <input type="checkbox"/>

11-A	Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto	
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:		
AID de perdas por imparidade em créditos	460 €	<input type="text"/>
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 €	<input type="text"/>
Outros AID	462 €	<input type="text"/>
Informação adicional:		
Capital próprio	463 €	<input type="text"/>
Crédito Tributário	464 €	<input type="text"/>
Data da entrada em liquidação	465	<input type="text"/>

12	Retenções na fonte			
<table border="1"> <tr> <td>N.º de identificação fiscal (NIF)</td> <td>Retenção na fonte</td> </tr> </table>			N.º de identificação fiscal (NIF)	Retenção na fonte
N.º de identificação fiscal (NIF)	Retenção na fonte			

13	Tributações autónomas	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)	414 €	<input type="text"/>
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415 €	<input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421 €	<input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422 €	<input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424 €	<input type="text"/>
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426 €	33.572,12
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437 €	<input type="text"/>

n.º 18]	€	
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)	438	€
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439	€

13-A	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)		
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440	€	
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441	€	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442	€	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443	€	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444	€	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453	€	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454	€	

14	1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Crédito de imposto por dupla tributação internacional (CIDTJI)	4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º Saldo não deduzido]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período	7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			€	€	€	€	€	€	€
		TOTAL do CIDTJI com CDT	€	€	€	€	€	€	€
		TOTAL do CIDTJI sem CDT	€	€	€	€	€	€	€
		TOTAL do CIDTJI	€	€	€	€	€	€	€